



ARTIGO

**SABERES TRADICIONAIS
E ACESSO À EDUCAÇÃO
ESCOLAR NO QUILOMBO
ANÁLISE DAS
TRAJETÓRIAS E
PROCESSOS DE
IDENTIFICAÇÃO DE DUAS
LIDERANÇAS**

Oswaldo Martins De Oliveira

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e professor associado da área de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador associado à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)/UFES e coordenador do projeto Africanidades Transatlânticas.

Resumo

O artigo é uma análise das trajetórias e dos processos de identificação étnica de duas lideranças da comunidade quilombola de Retiro, Santa Leopoldina (ES). Essas lideranças demarcam suas identidades a partir da cultura tradicional local e, mais recentemente, em um dos casos, também pelo acesso aos saberes da educação escolar. Além de analisar os temas dos direitos constitucionais à terra-território, identidade e cultura proporcionadas pelo acesso à leitura e escrita, a análise sobre os saberes tradicionais e o acesso à educação escolar colocará em debate se as tradições culturais transmitidas pelos mestres estão sendo levadas em consideração pelas lideranças jovens. Neste sentido, o artigo tem por objetivo contribuir para os estudos das trajetórias de lideranças e mestres de saberes tradicionais no contexto dos direitos ao território e ao patrimônio cultural das comunidades dos quilombos.

Palavras-chave: Quilombo, saberes tradicionais, educação escolar, trajetórias de lideranças.

Abstract

The article is an analysis of the trajectories and processes of ethnic identification of two leaders of the Retiro quilombola community, Santa Leopoldina (ES). These leaders demarcate their identities from the local traditional culture and, more recently, in one case, also by access to the knowledge of school education. In addition to analyzing the themes of constitutional rights to land-territory, identity and culture afforded by access to reading and writing, the analysis of traditional knowledge and access to school education will debate whether the cultural traditions conveyed by teachers are being brought into play. Consideration for young leaders. In this sense, the article aims to contribute to the study of the trajectories of leaders and masters of traditional knowledge in the context of the rights to the territory and the cultural heritage of quilombos communities.

Keywords: Quilombo, traditional knowledge, school education, leadership trajectories.

Introdução

O presente artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa “Africanidades Transatlânticas: cultura, história e memórias afro-brasileiras a partir do Espírito Santo”¹, que tem desenvolvido trabalho de campo etnográfico junto às comunidades quilombolas no mesmo estado e pesquisa historiográfica em arquivos nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

O artigo visa responder parte de pelo menos dois dos objetivos específicos da pesquisa etnográfica do referido projeto que consiste em: a) realizar

estudos de casos em comunidades quilombolas no Espírito Santo para identificar as trajetórias de acesso à saúde, à educação e ao trabalho; b) estudar as trajetórias e narrativas de vida de lideranças e mestres de saberes tradicionais, prioritariamente de comunidades quilombolas, descrevendo suas formas de fazer e transmitir o patrimônio cultural.

Os referenciais teóricos e metodológicos utilizados estão relacionados aos conceitos de memória (POLLAK, 1989), cultura, identidade e lideranças (CUCHE, 2002; BARTH, 1994; WEBER, 2000), narrativas de vida (BERTAUX, 2010) e trajetórias (BOURDIEU, 2006) que, no presente artigo, se aplicam aos mestres de saberes tradicionais e lideranças quilombolas. Essas teorias e metodologias sobre trajetórias sociais, memórias, narrativas de vida e documentos de acervos pessoais são usadas para debater temas

relacionados à identidade e projetos de lideranças e mestres de saberes nos quilombos e em agrupamentos culturais afro-brasileiros.

Na pesquisa de campo, empregamos as seguintes técnicas para a obtenção de dados: a) realização de entrevistas gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas; b) anotações em diário de campo; c) preenchimentos de roteiros e questionários sobre a situação de saúde, educação e trabalho com perguntas estimuladoras de diálogos, quando necessário, que, no caso de Retiro, foram aplicados a 10 (dez) famílias; d) registros de imagens (fotografias e vídeos). Além disso, recorreremos à revisão da literatura sobre comunidades quilombolas, agrupamentos culturais afro-brasileiros no Espírito Santo e seus eventos festivos.

No trabalho de campo, que teve início em 2018, realizei apenas uma entrevista formal e uma conversa informal com o mestre Mário; sendo que esta última ocorreu quando ele estava hospitalizado vítima de um câncer que o levou a óbito em poucos dias. A segunda entrevista estava agendada para 08 de dezembro de 2018, mas na madrugada desta data o mestre veio a falecer. Por isso, a maior parte dos dados aqui analisados foram obtidos na pesquisa para minha tese de doutorado (OLIVEIRA, 2005; 2019) e em entrevistas com as filhas do mestre após sua morte. A partir das entrevistas com Mário e Marina desenvolvo a análise preliminar sobre as relações entre os saberes tradicionais e o acesso de filhas/os de lideranças à educação escolar. Esta análise preliminar levou-me a levantar a seguinte questão: em que medida as tradições culturais herdadas e transmitidas pelo mestre Mário Raimundo influenciaram o desejo de sua filha Marina em acessar níveis mais elevados de educação escolar que outros jovens da comunidade e em que medida influenciam os desejos desta jovem liderança e professora de inserir a história e a cultura afro-brasileira e quilombola na educação escolar?

Para responder a questão acima, organizei os resultados parciais da pesquisa neste artigo em três partes: 1ª) uma breve análise sobre mestres de saberes tradicionais e lideranças jovens presente em

alguns estudos etnográficos sobre comunidades quilombolas no Espírito Santo; 2ª) apresentação de uma síntese sobre os mestres dos saberes tradicionais em Retiro que precederam ao mestre Mário Raimundo Pereira e os saberes e tradições herdadas por ele, bem como suas memórias sobre essas heranças, principalmente no que toca a Banda de Congo local; 3ª) o objetivo desta parte é descrever e analisar a trajetória de uma professora e liderança quilombola, Marina Raimundo dos Santos, filha do mestre Mário, e seu acesso à educação escolar até a inserção, permanência e conclusão do curso universitário de pedagogia, bem como sua pós-graduação na alfabetização infantil e atuação enquanto professora da educação básica. Na perspectiva desta professora, os saberes tradicionais devem ser transmitidos como um desejo de ensinar modos de vida e tradições do quilombo para a construção de uma sociedade sem racismo.

Saberes tradicionais e lideranças jovens em quilombos no Espírito Santo

A pesquisa etnográfica desenvolvida pelo projeto Africanidades Transatlânticas verificou que existem dois tipos de lideranças em comunidades quilombolas. O primeiro tipo se refere aos mestres de saberes tradicionais, especificamente das práticas culturais de “bandas de congo”², “baile de congos de

² Congo em Retiro, como se verifica em Oliveira (2005; 2019), é uma celebração festiva constituída de rezas de ladainha, cantigas, danças, toque de instrumentos musicais, cortejo com bandeira e imagem de São Benedito, seguido de fincada e retirada de um tronco de madeira denominado mastro. O evento celebrativo, realizado por um grupo denominado “Banda de Congo de Retiro”, ocorre todos os anos em 26 de dezembro para fincar o mastro de São Benedito e em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, para a retirada do mastro que fica na casa de um guardião o restante do ano.

No congo realizado em Retiro não se representam e nem são coroadas “rainhas”, “príncipes” ou “reis”, mas celebra-se apenas um ritual composto dos elementos elencados acima. Por meio das interpretações dos símbolos deste ritual, as lideranças quilombolas afirmam a identidade étnica da comunidade de herdeiros e descendentes de africanos. Na pesquisa etnográfica realizada pelo projeto Africanidades Transatlân-

São Benedito³ e “rodas de jongo” (também conhecido como roda de caxambu e tambor)⁴, que vem sendo recriadas por mais de um século nessas comunidades. O segundo tipo se refere às lideranças que tiveram acesso à cultura da escrita transmitida pela escola, entre as quais se encontram professoras/es quilombolas, que também herdaram os saberes tradicionais de seus pais e avós. Ambos os tipos de lideranças atuam na gestão das identidades, memórias e práticas culturais formadas a partir de múltiplas ordenações simbólicas e que vêm sendo coordenadas nas comunidades dos quilombos. As lideranças jovens, entre as quais estudantes e professores, têm atuado em diferentes frentes de engajamento político local e nos órgãos das administrações públicas

municipais, estadual e federal para garantirem algumas políticas públicas que assegurem os direitos culturais que consideram fundamental para a afirmação das identidades quilombolas e afro-brasileiras.

Em algumas comunidades dos quilombos do Espírito Santo, existem experiências de ensino dos saberes e práticas da cultura tradicional às crianças nas escolas. Entre os exemplos dessas práticas pedagógicas, recorrendo às tradições culturais e aos mestres dos saberes tradicionais, temos as seguintes escolas: 1ª) duas escolas e um Centro de Educação Infantil na comunidade quilombola de Cacimbinha e Boa Esperança, no município de Presidente Kennedy, onde os mestres jongueiros velhos têm sido convidados para falarem e ensinarem o jongo para crianças; 2ª) uma escola na comunidade negra de São Mateus, no município de Anchieta, onde uma das professoras tem um projeto em que leva os mestres mais velhos a ensinarem jongo para as crianças; 3ª) uma escola na comunidade quilombola de São Cristóvão, município de São Mateus, onde dois professores trabalham com um projeto de ensino das habilidades dos jongueiros para desenvolver as potencialidades argumentativas com as crianças; 4ª) três escolas no município de Conceição da Barra, onde um mestre de ticumbi e um mestre de jongo ensinam tais práticas culturais às crianças.

Apesar da validade dessas iniciativas de transmissão da cultura tradicional nas escolas enquanto espaços burocráticos e da cultura escrita moderna destituídos de afeto, os mestres dos saberes tradicionais defendem que, antes de chegar à escola, o maior processo de transmissão desses saberes ocorre, essencialmente, em duas outras instâncias: em primeiro lugar, ocorre nas pequenas unidades sociais das famílias, principalmente quando os pais e mães integram e transmitem as práticas das culturas tradicionais, e ensinam às crianças desde cedo as habilidades criativas relacionadas à arte de cantar, tocar os instrumentos e expressar suas cosmologias nos movimentos dos corpos; em segundo lugar ocorre nos eventos celebrativos de tais tradições culturais

nas comunidades locais, onde reúnem os praticantes e suas famílias; e, por fim, em terceiro lugar é que tais práticas culturais chegam à escola. No entanto, entende que a escola pode e deve reforçar os saberes transmitidos pelas famílias e a comunidade.

Aparentemente, as categorias mestres de saberes tradicionais e lideranças jovens se aproximam do que Weber (2000) denominou tipos puros da dominação legítima, estando o primeiro tipo próximo à dominação tradicional e o segundo se aproximaria à dominação legal, burocrática e/ou moderna, visto que as lideranças jovens se qualificaram como tais pelo acesso à cultura moderna da escolarização.

O primeiro tipo, na teoria Weberiana, se caracteriza pela dominação do patriarcado, legitimado pelas tradições, patrimonialismo, costumes e pela autoridade dos homens mais velhos. No entanto, para os casos em análise, existem elementos que são anteriores a tal teoria e que a superam, visto que em diferentes agrupamentos afro-brasileiros verificamos uma forte presença de mulheres mais velhas, desde o período da escravidão, exercendo o papel de lideranças seja em agrupamentos familiares, religiosos e/ou de práticas culturais, como constataram Amorim e Oliveira (2017) e Batista (2014) nas zeladoras dos templos religiosos de matrizes africanas e Guimarães e Oliveira (2017) observaram nas mestras e mestres dos grupos de jongs e caxambus no estado do Espírito Santo.

O segundo tipo, o das lideranças que tiveram acesso à cultura da escrita, apesar da aproximação do que Weber chamou de dominação legal, também apresenta elementos surpreendentes aos weberianos que estiverem dispostos a inovarem seus cânones da racionalização da autoridade moderna. Amorim e Oliveira (2017) e Batista (2014) verificaram em suas pesquisas estudiosos/as que concluíram o ensino universitário, alguns dos quais, em nível de mestrado e doutorado, nas áreas de Direito, História, Psicologia, Ciências Sociais, Medicina, Medicina Veterinária, Arquitetura, Geografia, Pedagogia, Letras, Enfermagem, Administração, Artes, Contabilidade

e outros, “batendo cabeça”, empregando um termo das lideranças religiosas de matrizes africanas, para zeladores cujos saberes não foram aprendidos nas instituições modernas de ensino, mas nas comunidades tradicionais de matrizes africanas.

Para entender os diferentes níveis de relações nos quais essas lideranças se formaram e onde a transmissão dos saberes continuam ocorrendo, cabe observar que as sociedades que estudamos se encontram em fluxos permanentes e seus membros assumem posições políticas contraditórias e incoerentes. Entendo ainda, a partir da teoria de Barth (1994), que os processos de formação da identidade quilombola dessas lideranças, nos níveis individuais e sociais, transformam-se constantemente, sendo vistos como um fenômeno que resulta da interação social e que organiza as diferenças culturais.

Observei ainda que, ao estudar lideranças quilombolas na perspectiva antropológica de Barth (1994), estou lidando com o campo do empreendimento político, com suas retóricas e posicionamentos. Assim, essa análise focaliza os processos que criam coletividades e que mobilizam grupos para diversos propósitos, através de diversos meios. As lideranças intervêm nos processos sociais para inibir atividades em nível individual, propondo pacotes negociais, escolhas binárias e formam dicotomias identitárias, como quem é quilombola e quem não é. Essas lideranças coordenam pleitos por políticas públicas, processos de tomadas de decisões coletivas e procuram homogeneizar a mobilização quilombola em nível nacional na Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas).

No nível das políticas estatais, que é onde ocorrem as criações legais de reconhecimento de direitos e proibições, historicamente com uso arbitrário da força contra os quilombolas, as ideologias identitárias são impostas, transpondo as identidades do nível micro e local. Contudo, em escala global, existem organizações internacionais que desempenham um papel variável, articulando-se, às vezes, com inte-

ticas, encontramos as figuras de “rainhas do congo” na banda de congos da comunidade quilombola de São Pedro, no município de Ibirajú.

3 Conforme escreve Oliveira (2016), o “baile de congos de São Benedito”, popularmente conhecido como “ticumbi”, é uma celebração festiva afro-brasileira específica do Estado do Espírito Santo, que acontece todos os anos, de 30 de dezembro a 20 de janeiro, no município de Conceição da Barra (ES). Ele é definido por seus integrantes como uma tradição cultural de origem africana recriado pelos escravizados e quilombolas. A preparação do baile para São Benedito (o santo padroeiro dos pretos) tem duração de dois meses de ensaio no mato ou na roça. A estrutura do baile é composta de discursos poéticos, danças e canções acompanhadas ao som de pandeiros e viola. O baile, se estiver completo, é composto por dezoito personagens, a saber: dois reis, dois secretários, doze congos tocadores de pandeiros, um violeiro e um porta-bandeira. Todos se vestem de branco e portam capacetes enfeitados com fitas e flores coloridas na cabeça. O mestre é um dos integrantes do baile, sendo ele o responsável pela gestão da festa, iniciando pela criação dos versos, composição das canções e da realização dos ensaios aos dias propriamente da festa.

4 Oliveira (2016) escreve que, a partir dos estudos sobre jongs e caxambus da Região Sudeste, é possível afirmar que jongs e caxambus são referências culturais criadas no Brasil pelas capacidades poéticas e artísticas de povos africanos de origem bantu e seus descendentes, que foram escravizados nas fazendas de café localizadas nesta região. No Espírito Santo, o nome jongo se refere às cantigas entoadas nas “rodas de jongs” ou “rodas de caxambu”. Caxambu, na região sul do Espírito Santo, é o nome atribuído ao tambor, o principal instrumento tocado nessas “rodas” e celebrações ritualísticas. Os jongueiros se definem como grupos de jongo, referindo-se ao conjunto dos elementos do ritual. As “rodas” de caxambu ou jongo são realizadas por comunidades jongueiras que se reúnem para tocar instrumentos musicais (tambor, ganzá ou reco-reco), dançar e cantar de forma poética e desafiadora às diversas situações sociais vividas por eles. Desse modo, o termo “jongo-caxambu” refere-se a esse círculo ritualístico, dinâmico e mutável nas regiões norte e sul do mesmo Estado.

resses das organizações coordenadas por lideranças quilombolas, como é o caso das relações entre a Co-naq e a Fundação Ford.

Adoto a perspectiva relacional e contextual de Barth (idem) para o estudo das ações políticas e identidades das lideranças, pois os dados etnográficos do projeto já mencionado apontam que os herdeiros dos antigos chefes de família, ao mesmo tempo em que reivindicam uma liderança baseada nesses laços e saberes tradicionais relacionados ao parentesco, defendem que as novas lideranças, baseadas em suas histórias e projetos próprios, devem estar em sintonia com os saberes proporcionados pelo acesso ao processo de escolarização. Por entender que as lideranças jovens nos quilombos vêm sendo formadas em uma perspectiva política que combina os saberes de sua cultura tradicional e aqueles obtidos no acesso à escolarização, procuro demonstrar tal perspectiva analisando fragmentos da narrativa de vida da professora Marina. Como ela se considera e é considerada pelos demais da comunidade uma herdeira de bens materiais (terras) e imateriais de seus antepassados, antes de entrar em sua trajetória, apresentarei alguns fragmentos das trajetórias de pessoas/personagens que ela e outras lideranças da comunidade consideram seus antepassados.

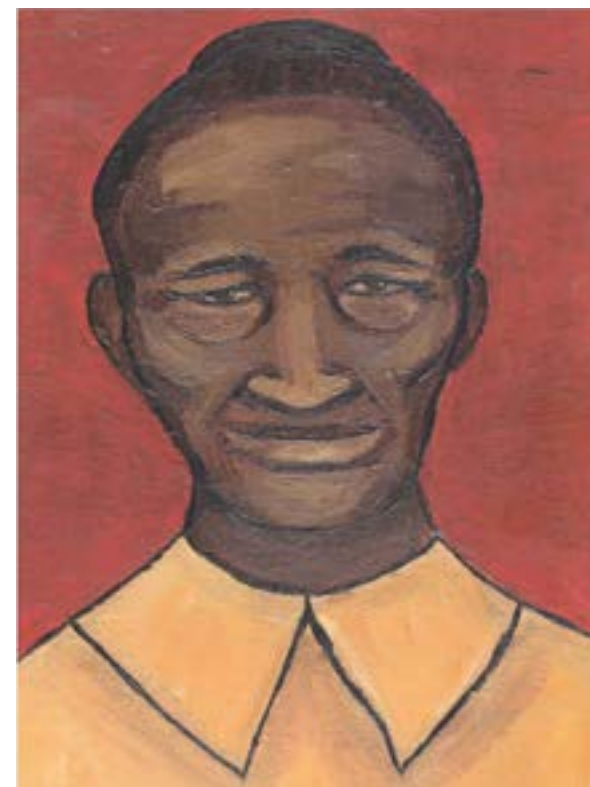
Os saberes tradicionais em Retiro: dos mestres do passado ao mestre Mário Raimundo Pereira

No tempo da minha adolescência, tinha uma espécie de líder, que era Jorge Benvindo. Não era líder ditador, que tem hoje em dia, como uma pessoa que quer mandar só. Se ele dissesse que ia fazer uma coisa, todo mundo acompanhava. Era sobrinho, genro e cunhado. Hoje em dia já não acontece mais isso. Um só quer mandar e termina não dando nada certo. Ele era uma pessoa de grande respeito pra comunidade. Não só pra comunidade de Retiro, como

até para outras comunidades vizinhas. Era uma pessoa de respeito e todo mundo gostava dele. Ele era o chefe da família dos Benvindos (Mário Raimundo. Mestre da Banda de Congo do Quilombo de Retiro. In: OLIVEIRA, 2005, p. 207).

Mestres e mestras de saberes tradicionais em comunidades dos quilombos e em outras comunidades e agrupamentos de matrizes africanas que estudo exercem um tipo de liderança que se legitima a partir da transmissão de tradições culturais dentro das famílias e de comunidades religiosas. Esses são os casos de lideranças mais velhas, que herdaram seus saberes de pais, avós e/ou tios/as e que são reconhecidas localmente e por algumas agências estatais como mestres/as de saberes tradicionais. No Espírito Santo, tais mestres/as, com mais de 20 anos de atuação, têm sido premiados por editais da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) por sua atuação na transmissão de culturas populares e tradicionais. Um desses editais seleciona projetos culturais e concede, todos os anos, o prêmio denominado “Mestre Armojo do Folclore Capixaba” aos mestres e às mestras das manifestações das culturas populares e tradicionais que têm seus projetos selecionados. O prêmio tem por objetivo “fortalecer e divulgar os saberes e fazeres, reconhecer e valorizar os mestres e mestras e conceder aos contemplados o título e certificado de ‘Mestre da Cultura Popular do Estado do Espírito Santo’” (Edital 010/2018). As regras de inscrição para concorrer ao prêmio podem ser verificadas no próprio edital. O mestre Mário Raimundo Pereira (ver pintura no anexo 3), da Banda de Congos de Retiro, que primeiramente foi Capitão da Banda, após o falecimento da mestra Etelvina, foi reconhecido como mestre pela Comissão Espírito-Santense de Folclore e pelo prêmio concedido pela SECULT, por mais de uma vez, por meio de seus editais.

No quilombo de Retiro, as lideranças mais velhas, assim como as mais jovens, sobretudo as mulheres, iniciam as narrativas de suas vidas apresentando Vitória Pereira dos Anjos, que, conforme se verifica



Anexo 1 - Vitória Pereira dos Anjos (1876-1960). Foto: Acervo da família de Joventina Pereira e Wladimiro Raimundo. Pintura: Helena Mongim Lima.

em Oliveira (2005; 2019), nasceu em 1876 e faleceu na década de 1960, como uma referência de liderança do passado. (Ver pintura no anexo 1). Dizem que ela liderou os herdeiros de seu pai Benvindo Pereira dos Anjos, mantendo-os nos princípios deixados por ele acerca da apropriação comunal da terra, que denominam localmente como “terra em comum”. Vitória nunca casou e nem teve filhos, mas desempenhava o papel de “segunda mãe” para diversos de seus sobrinhos, dos quais era madrinha, configurando-se, assim, no afilhado como um substituto do herdeiro e do filho inexistente, para os quais deixou herança não apenas material, mas também os ensinamentos sobre “estar doado e doar a terra” para as novas gerações do quilombo.

Na liderança dos herdeiros de Benvindo, Vitória foi sucedida por Jorge Benvindo, seu irmão *caçula*. Jorge nasceu em 1905 e faleceu em 1993. (Ver pintura



Anexo 2 - Jorge Benvindo (1905-1992). Foto: Acervo de Osvaldo M. Oliveira. Pintura: Helena Mongim Lima.

no anexo 2). Ele é considerado pelos herdeiros mais velhos como aquele que no passado “manobrava a família de Os Benvindos”. A expressão coletiva “Os Benvindos” é empregada localmente para se referir aos herdeiros de Benvindo. A expressão “manobrar” é usada pelos mais velhos para se referirem à chefia e/ou liderança da comunidade no passado. Como argumentou o mestre Mário Raimundo⁵, “manobrar” não significava ser um líder autoritário, mas ter o consentimento, o respeito e a admiração dos demais chefes de famílias locais para liderar a família de Os Benvindos. Afinal, Jorge Benvindo, por ter recebido

⁵ Mário Raimundo Pereira era reconhecido Secult como mestre de saberes e cantos de Congo, da Banda de Congo Unidos do Retiro, que celebrava a para São Benedito. Ele foi entrevistado várias vezes por Osvaldo Martins de Oliveira. Faleceu em 08 de dezembro de 2019, com 70 anos.



Anexo 3 - Mário Raimundo Pereira (1948-2018). Foto: Ananda Bermudes Coutinho. Pintura: Raízes Santana de Paula. Acervo do projeto Africanidades Transatlânticas.

o nome do pai como seu segundo nome, como disse sua filha mais velha, era a continuidade do próprio Benvindo na comunidade dos herdeiros em Retiro (OLIVEIRA, 2005; 2019).

A intenção de Jorge Benvindo, segundo sua filha mais velha, era imortalizar o Benvindo velho nas lembranças e nos nomes dos seus herdeiros. Por isso, ao ficar viúvo e casar-se pela segunda vez, em 1949 ele e a esposa Edith tiveram um filho, que recebeu o nome de Benvindo, que conforme disse a referida filha: “Era pra ficar no lugar do Benvindo velho”. (cf. OLIVEIRA, 2005; 2019). No entanto, segundo a narradora, parece que o menino teria recebido uma carga vital muito antiga e “um espírito envelhecido” e faleceu aos 3 (três) anos de idade. Por isso, todos os demais filhos do segundo casamento, sendo sexo

masculino ou feminino, receberam Benvindo como o segundo nome e o referido ancestral, até o momento, está imortalizado nas lembranças e nos nomes de filhos, netos e bisnetos de Jorge. Além disso, como já mencionado, Benvindos virou um nome coletivo no plural auto atribuído a todos os herdeiros do antigo Benvindo.

Segundo as lideranças dos herdeiros, ser chefe da família de Os Benvindos consiste em zelar pelas regras e valores referentes ao uso e apropriação comunal da terra e aos trabalhos coletivos realizados sobre ela. Jorge era um líder que “manobrava” também a memória sobre a origem africana do grupo em Angola, pois, os mais velhos entrevistados por Oliveira (2005), todos sobrinhos de Jorge, afirmavam que o Benvindo e sua esposa Maria das Neves eram angolanos e para legitimarem a antiguidade e a veracidade de suas lembranças, afirmavam: “Tio Jorge dizia”.

No que diz respeito às mulheres praticantes das referências culturais do passado, segundo duas líderes da atualidade, os herdeiros de Benvindo que recebiam assistência espiritual de Etelvina da Conceição, também estabeleceram alianças matrimoniais (e políticas) com a família dela e de seu marido Aristeu João do Sacramento, bem como com a família de Carolina Pereira do Rosário e João de Deus Ferreira (irmão de Etelvina). Etelvina e João de Deus, como verificou Oliveira (2005; 2019) nos livros de registros de nascimento e de batismo, eram filhos da escravizada Ângela Maria da Conceição⁶. Ao que relatou em 1997, a neta de Etelvina, que também se chamava Etelvina, sua avó Etelvina nasceu no tempo do cativo e foi escravizada nas fazendas ao redor de Retiro.

⁶ Oliveira (2005) escreve que verificou em pesquisa cartorial e em livros de batismo, que a bisavó de Etelvina era Ângela, escravizada na fazenda de Luiz Pereira Pinto de Siqueira. Posteriormente, quando não era mais escravizada, passou a se chamar Ângela Maria da Conceição (Livro de Registro de Nascimento nº 01, dos anos 1877 a 1880, nas páginas 11, 34 e 60. In: Oliveira, 2005, p. 77). Conforme relatou em sua genealogia, a professora Marina disse que um de seus avós maternos se chamava Carolino Ferreira, nome que vinha da avó dele que, por sua vez, se chamava Carolina Pereira da Conceição e que era casada com João de Deus Ferreira, filho de Ângela.

Etelvina da Conceição, casada com Aristeu, por ser parteira, benzedeira e rezadeira, era chamada de “Mãe Velha”, e dizem que tinha reconhecidos poderes e saberes espirituais sobre os elementos e as forças da natureza, inclusive o de apagar incêndios nas florestas. “Mãe Velha” teria sido sucedida por seu filho Afonso Aristeu do Sacramento, que segundo suas netas e seu sobrinho Mário Raimundo, até a década de 1970, era um poderoso benzedor, curandeiro e rezador de rezas fortes, inclusive de ladainhas para as divindades dos altares católicos e para aquelas de origens africanas que regem as forças da natureza, como fazia sua mãe. Conforme escreve Oliveira (idem), Etelvina (filha de Afonso, mestra de congo falecida em 2006) e Claudiva (sobrinha de Etelvina e neta de Afonso), o referido curandeiro teria herdado de seus pais uma celebração realizada na noite de quinta-feira da Semana Santa, que consistia, resumidamente, em quatro etapas, no decorrer de um ano, como segue: 1^a) ele ia às matas e pântanos e coletava ervas, raízes, cipós (entre os quais um cipó conhecido como *mil homens* ou *milome*) e arrumava de algum caçador um casco de jacaré que era colocado ao sol, além da cabeça de uma cobra venenosa que era torrada e transformada em pó no pilão; 2^a) esses ingredientes, inclusive os pós do casco do jacaré e da cabeça da cobra venenosa triturados no pilão, eram colocados para curtir em um litro de aguardente por um tempo que variava de dez a onze meses, tornando-se uma bebida denominada “Cura”; 3^a) depois de suas rezas individuais, Afonso reunia os familiares e amigos e rezavam uma ladainha; 4^a) após a reza, a “Cura” era distribuída em doses muito pequenas, e devido ao fato de alguns quererem tomar doses maiores, ele proferia algumas palavras alertando que era para fechar os corpos contra todo tipo de mal, inclusive contra o veneno de serpentes, pelo período de um ano, mas para aqueles que tomavam apenas pelo gosto da aguardente, poderia não surtir efeito. Segundo o mestre Mario Raimundo, seu tio Afonso se tornou conhecido em Retiro e nos seus arredores devido ao

fato de curar as pessoas atingidas por cobras venenosas⁷.

Afonso foi sucedido nos saberes e práticas culturais por sua filha Etelvina, que recebeu o mesmo nome da avó e tornou-se herdeira das rezas e ladainhas para São Benedito. Etelvina tornou-se também presidente dos ritos celebrativos do Congo de Retiro, que consiste em rezas de ladainhas, cortejos com São Benedito e seu mastro, fincada do mastro para o santo e danças. Cabe observar que o mastro de São Benedito em Retiro é um tronco de madeira com cerca de seis metros de comprimento onde, depois de fincado, hasteiam uma bandeira para o santo negro, constituindo-se assim em um elemento demarcador da identidade e do território quilombola local. No que se refere aos saberes relativos ao benzimento, o mestre Afonso foi sucedido pelo seu neto Manoel Aristeu dos Santos, que continua atuando na comunidade.

Em 2006, quando do falecimento de Etelvina, ela foi sucedida na presidência da Banda de congos por sua afilhada Laura dos Santos, cunhada de Mário Raimundo e tia materna da professora Marina. No que se refere à condução dos saberes celebrativos do congo, a liderança foi assumida pelo raizeiro e benzedor Mario Raimundo Pereira (sobrinho de Afonso), que antes da morte da mestra, já assumia um posto denominado Capitão da Banda de Congo. Com a ausência da mestra, Mário, pai de Marina, ascendeu, mediante ao reconhecimento da comunidade, ao posto de Mestre da Banda de Congos de Retiro e seu filho Élcio Raimundo Pereira assumiu o posto de Capitão.

Mário Raimundo, para mencionar de forma breve a sua genealogia e a relação com o ancestral Benvindo Pereira dos Anjos, é filho de José Pereira

⁷ Para contextualizar historicamente o tempo de Afonso, conforme verificou Oliveira (2005; 2019), no Livro de Casamentos nº 3, do Cartório da Barra de Mangará, no município de Santa Leopoldina, Afonso Aristeu foi registrado em 1899 e em 1921 casou com Donina Maria da Conceição (filha de Antônio Pereira dos Anjos e neta de Benvindo). Afonso faleceu em Retiro no ano de 1976.

dos Anjos, neto, pelo lado paterno, de Antônio Pereira dos Anjos (nascido, segundo registro de cartório, em 1875) e bisneto de Benvindo Pereira dos Anjos. Do lado materno, ele é filho de Leopoldina de Brito, benzedeira, de quem herdou os saberes relativos ao benzimento, enquanto os saberes sobre ervas e raízes com propriedades curativas veio de seu pai, de seus tios paternos Alfredo e Antônio Pereira e de Afonso Aristeu do Sacramento, seu tio por afinidade. Vale destacar que Afonso era casado com Donina Maria da Conceição, filha de Antônio, avô paterno de Mário. Pelo lado materno, Mário é neto de João Ferreira de Brito e de Virgínia Maria Barreto (Virgínia é o nome que o mestre atribuiu a uma de suas filhas). João, por sua vez, era filho do casal de cearenses, Raimundo Ferreira de Brito e Rosalina da Conceição, que fixaram moradia em terras do Morro da Pimenta, nas proximidades de Retiro, mas as terras foram expropriadas por um fazendeiro vizinho que usou a força para expulsar João, Virgínia e os demais filhos de Raimundo da terra.

As rezas, os benzimentos e o próprio congo são definidos por Mário como “cultura do quilombo e cultura negra”. Enquanto viveu, ele transitou entre os diferentes saberes tradicionais de matrizes africanas e as práticas religiosas católicas. Em sua trajetória, o primeiro lugar de liderança ocupado por ele foi o de coordenador da Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica em Retiro e, ao mesmo tempo, ele foi professor do MOBRAF (Movimento Brasileiro de Alfabetização)⁸, o que, segundo Marina, foi um dos estímulos para que se tornasse professora. Ao mesmo tempo, desde 1991, ele se tornou um dos líderes da Banda de Congo e afirmava ter retomado parte das tradições culturais de seus ancestrais que esta-

vam adormecidas em Retiro por falta de lideranças. Oliveira (2005; 2019) escreve que o conheceu em 1997 como benzedor que detinha os saberes relativos às ervas e raízes, pois andava pelas matas para extrair essas ervas e raízes para os demais herdeiros, bem como para seu concunhado que era Cambono (tradutor de mensagens espirituais) em um terreiro de Umbanda no município vizinho do município da Serra (ES).

De 1986 a 1997, conforme escreveu o autor supracitado, Mário teria liderado um projeto de criação de cabras no território quilombola de Retiro e, na época, ele e sua prima Claudiva Aristeu Alves (neta de Afonso Aristeu e nora de Jorge Benvindo) estavam entre as lideranças jovens que sabiam ler e escrever. Jorge Benvindo, que era também tio de Mário, se encontrava enfermo. Dizem que ele, desde o final da década de 1980 já teria orientado as lideranças mais jovens, entre os quais seu filho Renato Alves, sua nora Claudiva, seus sobrinhos Mário Raimundo e César Sacramento, a criarem uma Associação de Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos para assegurar a propriedade comunal da terra, a memória do ancestral comum e os valores em torno do uso da terra. Nesta época, os Benvindos tinham documentos de posse, mas não o registro da terra em Cartório de Registro de Imóveis. Jorge, assim como outros herdeiros mais velhos, dizia que os jovens que sabiam ler e escrever deveriam liderar a organização da Associação e regularizar a titulação da terra.

Em 1991 foi criada a Associação dos Herdeiros, sendo sua primeira diretoria composta por sobrinhos de Jorge Benvindo. Em 1993 Mario Raimundo foi eleito presidente e Claudiva Aristeu vice-presidente da Associação, tendo ele renunciado em 1994 e ela assumiu a presidência até 1996, quando os irmãos Cesar e Altamir Sacramento assumiram a Diretoria. Mário voltou às tradições culturais relacionadas ao congo, ao ofício do benzimento e extração de ervas e raízes e aos cuidados com o projeto de criação de cabras. Este projeto chegou ao fim no final da década de 1990 devido ao fato de não ter se tornado autossustentável e

ao esgotamento dos recursos obtidos junto às agências internacionais que financiavam este e outros projetos nos municípios de Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.

No final da década de 1990, usando as cantigas de congo como um meio de construção da memória, o mestre Mário compôs a letra abaixo. A música foi cantada pela Banda de Congos de Retiro em um evento ocorrido na localidade em 04 de agosto de 2019, quando o grupo de jongos Tambores de São Mateus, do município de Anchieta, visitou a comunidade para doar uma bandeira de São Benedito para a Banda de Congo de Retiro. A equipe do projeto Africanidades Transatlânticas se fez presente e registrou em áudio, a melodia e a letra, como segue:

Ai, ai, ai! Ôi, ôi, ôi!
Lembranças dos canoeiros
Do tempo do nosso avô.

Canoeiro saía cedo
Pisando na água fria
Remando suas canoas
Pelo rio Santa Maria.

Ôi, ôi, ôi! Ai, ai, ai!
Lembrança do canoeiro
Que se foi, não vai voltar.

Canoeiro saía cedo
Lá da casa dos Vieiras
Levando suas canoas
Para a Ilha das Caieiras.

Muitos de Os Benvindos, como se denominam os herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos, eram canoeiros no rio Santa Maria da Vitória e em parte do rio Mangaraí. Entre esses canoeiros estavam Antônio Pereira (avô de Mário), Jorge Benvindo, Afonso Aristeu e outros. Na cantiga composta pelo mestre Mário, ele está se referindo não apenas ao seu avô, mas a todos os antepassados de Retiro que eram mestres

dos saberes sobre o ofício de conduzir canoas pelos referidos rios. Verifica-se na composição a retomada de fatos, lugares e personagens do passado e a valorização da própria memória, pois a música é um tributo à memória dos canoeiros. Os avós de muitos dos atuais Benvindos remavam canoas nos referidos rios para escoarem e comercializarem sua produção (de farinha, carvão e café) na Ilha das Caieiras em Vitória e na Vila de São José do Queimado. A vila, como escreve Oliveira (2019), é lembrada como lugar onde seus avós, pais e tios estabeleceram relações de compadrio e lugar onde dançavam congo, pois para lá o velho Benvindo teria liderada “uma batucada” de congos quando da assinatura da Lei Áurea, em 1888, para comemorarem o que acreditavam ser o fim da escravidão.

O percurso de uma liderança e professora quilombola

Nas últimas décadas, diversos jovens quilombolas passaram a ser indicados pelos mestres mais velhos para assumirem a representação e a liderança de suas comunidades, associações e grupos culturais junto às agências do Estado e às outras instituições da burocracia moderna. Essa indicação tem ocorrido devido ao fato de tais jovens terem maior facilidade no acesso à leitura, à escrita e às novas tecnologias, enquanto muitos dos mestres e líderes mais velhos se constituíram como tal a partir de saberes tradicionais transmitidos oralmente, embora nem todos os saberes tradicionais e seus mestres estejam confinados à oralidade.

Existem diversos casos etnográficos a serem analisados sobre as recomendações dos mestres de que os mais jovens que acessaram a escola e a escrita devem assumir a sucessão na condução dos bens materiais e imateriais nos quilombos. No entanto, por limitações de tempo e número de páginas, o foco final deste artigo é a análise do percurso da professora Marina Pereira, filha do já citado mestre

⁸ O Mobral foi um projeto do governo militar brasileiro criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, que abandonaram a escola, visando conduzir a pessoa a adquirir a leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida na sociedade.

Mário Raimundo, que ocorre a partir da comunidade de Retiro, onde a professora é uma das herdeiras de bens materiais e imateriais do quilombo.

Desde 1997, conforme se verifica em Oliveira (2005; 2019), Marina era uma jovem de 18 anos que participava ativamente das celebrações festivas da Banda de Congo para São Benedito, onde era portadora do estandarte do santo, bem como já era uma das narradoras das memórias da celebração. Em entrevistas concedidas em 2019 ao projeto Africanidades Transatlânticas para a elaboração do presente artigo, a professora relata que as memórias de seu pai, tias, tios e avós referentes à essa celebração remontam ao século XIX, pois afirmam que Benedito Pereira dos Anjos, bisavô de seu pai, em 1888, teria participado de um cortejo de congos saindo de Mangaraí, localidade vizinha, culminando com uma celebração festiva na vila de Queimado. Conforme escreve Maciel (2016), já em 1854 um congo se apresentou nesta vila, e os dados coligidos por Oliveira (2005; 2019) apontam que esses descendentes de africanos celebravam congo na Fazenda Natividade, as margens do Rio Santa Maria da Vitória, no citado século.

Ao mesmo tempo em que se proclama herdeira dessas e de outras narrativas e tradições culturais de sua comunidade, em sua trajetória Marina tem sido catequista e integrante da equipe de liturgia da comunidade católica local, onde exerce o papel de agente de tradução e transmissão da cultura religiosa católica entre os herdeiros.

Sobre os motivos que levaram a estudar, Marina afirma que ao perceber que as meninas de Retiro tinham que sair para as cidades da Grande Vitória para trabalhar nas ditas “casas de família” para obter meios alternativos de sobrevivência, ela planejou sair desse círculo vicioso de dependência e viabilizou estratégias de acesso à educação escolar. Com o apoio e incentivo de seus pais, ela optou, após concluir o Ensino Fundamental, por estudar no Ensino Médio o antigo curso de Magistério na cidade de Santa Leopoldina, o que lhe possibilitaria futuramente lecionar e obter condições de sobrevivência para continuar estudando. Esse

curso de Magistério, que na época tinha quatro anos de duração, foi concluído por ela em 1999, e consistia em preparar professoras e professores para a alfabetização de crianças na Pré-Escola.

Depois de concluir o Ensino Médio, em 2001 Marina ingressou no curso de Pedagogia na Universidade Federal do Espírito Santo, tendo concluído em 2005, onde se habilitou para a alfabetização de crianças ou preparação para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Em seguida fez um curso de pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais, em uma das faculdades da rede privada de ensino, localizada na cidade de Linhares (ES), especializando-se em sua área. Desde que entrou na faculdade de Pedagogia em 2001, afirma que também passou a atuar como professora de Educação Infantil na rede pública estadual de ensino, tendo permanecido nesta especialidade de ensino até 2009.

Apesar de em Retiro existir uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e a entrevistada já ter atuado ali por oito anos até 2009, ela afirma que por muito tempo a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina criou dificuldades para que ela pudesse voltar a atuar na sua própria comunidade. Há 17 anos ela vem prestando serviços educacionais ao Governo do Espírito Santo e após 2009 também ao município vizinho de Cariacica, e até o final do ano de 2018 não havia conseguido voltar a atuar como professora em Retiro, barreira que foi rompida no ano de 2019, quando ela conseguiu voltar a atuar como professora na escola de sua comunidade, mas na vaga de uma outra professora que se afastou por licença maternidade. Em sua acepção, essa postura do poder público municipal se devia ao fato de seus agentes intencionalmente ignorarem o que prevê a Lei 10.639/2003, visto que entendem que se ela voltar a atuar na comunidade como professora, mesmo que contratada temporariamente ano a ano, além de servir como referência na educação das crianças quilombolas, inseriria nos conteúdos ensinados elementos da história, memória e cultura das comunidades quilombolas, como fez ali no passado, fez no

município vizinho onde atuou e pretende cumprir as determinações da referida Lei em sua comunidade. Na referida EMEI existem professoras atuando que são concursadas e outras que são contratadas temporariamente e, embora Marina já tivesse por diversas vezes passado no processo seletivo para professor temporário e colocado Retiro como primeira opção, são as filhas dos proprietários de terras brancos da região que têm sido nomeadas para a escola local, e ela tem sido indicada para escolas de localidade distantes e de acesso economicamente mais custoso. Essas professoras, segundo relata Marina, não têm trabalhado os conteúdos referentes à cultura das comunidades negras e quilombolas com as crianças da escola local, mesmo porque não teriam interesse em se preparar para isso.

Tendo em vista essa situação, Marina propõe que os editais de processos seletivos para professores permanentes e temporários, deveriam estabelecer que os professores quilombolas fossem selecionados para atuar em suas próprias comunidades. Isso facilitaria a implementação do que prevê a lei acima citada, pois além de tais professores conhecerem as situações sociais, histórias e culturas de suas comunidades, eles teriam maior motivos e interesses em se preparar para trabalhar com as crianças dessas comunidades.

Em sua atuação enquanto educadora pertencente a uma comunidade quilombola, Marina afirma que procura debater problemas relacionados ao racismo, à identidade, à cultura (principalmente a culinária) e a história dos afro-brasileiros, com ênfase em comunidades dos quilombos, que são situações sociais que ela conhece e vive de perto. Ela entende que esse debate é possível somente à medida que os professores que atuam em comunidades quilombolas tiverem consciência das desigualdades raciais provocadas pelo racismo e aceitarem a cultura afro-brasileira como ela é. O que tem presenciado, afirma ela, são professores atuando na educação que veem a cultura afro-brasileira como inimiga e como prática diabólica, que precisa ser combatida.

Segundo Marina, sua inspiração para os estudos adveio de seu próprio pai, que desde jovem lê e escreve, e, devido ao fato de ter sido professor do MOBRAF para integrantes da comunidade e de localidades vizinhas, sempre teve o hábito de adquirir revistas sobre temas variados para ler em casa, se atualizando sobre os acontecimentos nacionais e internacionais, e incentivava as filhas e filhos a lerem também. Esse hábito de leitura do pai foi lhe transmitido e a estimulou a planejar o acesso a níveis mais elevados de estudos e se preparar para transmitir a cultura da escrita e da leitura às novas gerações. Além disso, nas décadas de 1980 e 1990, seu pai foi uma referência de liderança para ela e outras crianças e adolescentes locais, pois liderava a formação de uma Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica em Retiro. A outra referência de liderança para Marina foi sua tia, Maria da Penha, que exercia na comunidade católica local a função de catequista, integrantes da equipe de liturgia e compunha a Banda de Congos conduzindo a imagem de São Benedito, durante o cortejo de fincada e de retirada do mastro.

Cabe destacar que nessas décadas, a Igreja Católica no estado do Espírito Santo, sobretudo a Arquidiocese de Vitória, se destacava no incentivo à formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), enquanto uma forma de ser cristão e igreja, demarcando o pertencimento pela relação entre fé e engajamento social e político em movimentos sociais e partidos políticos. Neste contexto, diversas lideranças em comunidades quilombolas se tornaram primeiramente lideranças locais e regionais dessas comunidades ligadas à Igreja Católica, e depois lideranças políticas de tais comunidades dos quilombos. No entanto, a partir das décadas de 1990 e 2000, esse contexto está bastante diversificado, pois vimos avançar novas ideologias e doutrinas religiosas nessas comunidades, não apenas aquelas relacionadas ao espiritualismo da Renovação Carismática Católica, mas também das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. O caso mais ilustrativo relacionado às novas lideranças quilombolas surgindo

de igrejas evangélicas está em Monte Alegre, ao sul do estado, onde um pastor da Assembleia de Deus se tornou líder local, estadual e nacional dessas comunidades. Por outro, em Retiro tem o caso do ex-presidente da Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos que se converteu a Igreja Presbiteriana do Brasil, que construiu um templo na localidade, tornou-se presbítero nesta igreja, e na parede frontal está escrito: “Igreja Presbiteriana Quilombola”. A partir do caso de Retiro e de outras comunidades dos quilombos, observamos que, ao mesmo tempo em que adentram ao quilombo práticas culturais oriundas de matrizes coloniais europeias e norte-americanas, também as perspectivas das práticas e saberes culturais consideradas de matrizes africanas são transmitidas entre integrantes das famílias nos quilombos.

Neste processo, além de se tornar professora, Marina também foi se consolidando como liderança local, tornou-se vice-presidente da Associação de Herdeiros nas gestões de 2003/2005 e 2005/2007. Atualmente ela tem uma filha adolescente, Gabriela, que nasceu em 2004 e desde 2006, acompanhando a atuação da mãe, dos avós e das tias, começou o seu aprendizado na cultura da Capoeira Angola, que é ensinada em Retiro desde 2003. Em uma das reuniões com os técnicos do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na comunidade, segundo Marina, sua filha com quatro anos de idade, em 2008, tocava um tamborim da Capoeira Angola e cantava um ponto que dizia ser quilombola, porque “ser quilombola, é ser preta, preta, preta...”. Segundo a contramestra da Capoeira Angola, Ananda Coutinho, ela foi convidada pelas lideranças locais a atuar na comunidade, porque, segundo os argumentos das mesmas lideranças, entre as quais Mario Raimundo, seus ancestrais eram africanos provenientes da antiga nação Angola, e a Capoeira Angola, assim como a cultura do congo, fazia parte de suas tradições culturais, que deveria ser transmitida às novas gerações, como uma forma de “resgatar a cultura do Quilombo”. Por isso, entre as principais alunas da capoeira

em Retiro, assim como na Banda de Congo, estão as filhas, netas/os e sobrinhas/os de Mário Raimundo.

Nota de finalização

Como se verificou nos resultados da pesquisa descritos ao longo deste artigo, observa-se que os dois casos de trajetórias de lideranças quilombolas descritos e analisados aqui são emblemáticos de processos que demarcam a transmissão de saberes, práticas e tradições culturais dos antepassados. Os processos de autoafirmação identitária e o sentimento de pertencimento à comunidade e ao território quilombola de Retiro fica evidenciado nas visões de mundo dessas duas lideranças, com a particularidade de que o sentimento de pertencimento ao território foi elemento impulsionador para que Maria almejasse ascender a níveis mais elevados da educação escolar.

Após a instauração dos processos de reconhecimento e delimitação territorial dos quilombos com o Decreto 4887/2003, os quilombolas de Retiro e de outras comunidades em diferentes estados brasileiros foram gradativamente se construindo como “sujeitos de direitos”, mantendo interlocução com o Ministério Público, no sentido de agilização dos processos de regularização de seus territórios tradicionalmente ocupados. No entanto, a morosidade dos órgãos responsáveis pelos processos de regularização, despertou os interesses dos quilombolas para os benefícios advindos de projetos de várias agências estatais e ONGs, como projeto na área de segurança alimentar e nutricional, assistência técnica e extensão rural, fomento à produção agroalimentar, fortalecimento institucional e de incentivo às tradições culturais. Embora existam essas conquistas, os Benvindos aguardam desde 1998 a titulação definitiva de seu território, o que denota uma resistência na luta pelo direito ao território.

Em Retiro, o processo social de transmissão das tradições culturais, como dos nomes dos antepassados, do congo, da capoeira Angola e de produtos deri-

vados do cultivo da mandioca e da banana, vem ocorrendo desde a infância os seus antepassados. Nos últimos 20 anos, esse processo social de transmissão cultural usado por algumas lideranças para demarcar a construção de fronteiras sociais e o pertencimento à comunidade tem se acentuado. O avanço de tal processo se deve, principalmente, a três fatores: o primeiro está relacionado às demandas por direitos territoriais e culturais dos quilombos; o segundo se relaciona aos crescentes conflitos com proprietários de terras vizinhos, que além de negarem a dimensão positiva da identidade quilombola, tentam insuflar estigmas a tal identidade, com o objetivo de baixar a autoestima dos quilombolas e comprar sua mão-de-obra a valores muito abaixo dos preços de mercado; o terceiro funciona como uma espécie de frente de resistência ao crescente processo de diabolização às culturas afro-brasileiras impingido pelos discursos das igrejas cristãs pentecostais e neopentecostais.

As lideranças quilombolas, sejam “as mais velhas” ou as mais jovens que tiveram acesso à cultura da escrita, como observamos nos quilombos e nos povos de terreiros, ao fazerem discursos em público, solicitam licença aos seus “mais velhos” e relatam suas genealogias no universo do parentesco religioso e/ou mesmo biológico para demonstrarem o quanto suas tradições culturais e pertencimentos àquelas comunidades são antigos. Neste sentido, a legitimação da liderança não se encontra apenas na tradição e muito menos apenas nos saberes obtidos pelos acessos aos níveis mais elevados da escolarização, mas na combinação das duas fontes de legitimação.

Referências

- AMORIM, Cleyde. R.; OLIVEIRA, Osvaldo Martins (Orgs.). *Africanidades e seus zeladores: identidades, religiosidades e patrimônio cultural*. 1. ed. Vitória - ES: UFES - Proex, 2017.
- BARTH, Fredrik. “Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade”. In: Hans Vermeulen & Cora Govers (Orgs). *Antropologia da etnicidade: para além de ethnic groups and boundaries*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BATISTA, Milena Xibile. *Angola, Jeje, Ketu: memória e identidade em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da*

Grande Vitória (ES). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PGCS-UFES, 2014.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida - a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN: EDUFERN; São Paulo: Paulus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. RJ: FGV, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Brasília, DF: D.O.U., Seção 1, p.1, 10 Janeiro, 2003.

CUCHE, Denis. *A noção de cultura nas ciências sociais*. SP: EDUSC, 2002.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. *Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo*. UFES-Proex: Vitória - ES, 2017.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *Projeto político de um território negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina - ES*. Vitória/ES: Milfontes, 2019.

_____. Memórias e culturas afro-brasileiras na educação escolar: análise a partir da trajetória de uma professora quilombola. *Revista de Educação Pública*, v. 27, p. 573-590, 2018.

_____. (Org.). Cleber Maciel. *Negros no Espírito Santo*. 2ª. ed. Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins; RODRIGUES, Luiz Henrique Rodrigues (2016). “Quilombolas e transmissão cultural do jongo na comunidade de São Cristóvão, São Mateus (ES)”. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. P. 159-169.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras*. Tese de Doutorado em Antropologia. PPGAS-UFSC. Florianópolis, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. P. 3-15.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber - Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 7a. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

Anexos e Legendas

Anexo 1 - Vitória Pereira dos Anjos (1876-1960). Foto: Acervo da família de Joventina Pereira e Wladimiro Raimundo. Pintura: Helena Mongim Lima.

Anexo 2 - Jorge Benvindo (1905-1992). Foto: Acervo de Osvaldo M. Oliveira. Pintura: Helena Mongim Lima.

Anexo 3 - Mário Raimundo Pereira (1948-2018). Foto: Ananda Bermudes Coutinho. Pintura: Raízes Santana de Paula. Acervo do projeto Africanidades Transatlânticas.

Recebido em: 10/01/2020

Aprovado em: 31/01/2020